

História da vida privada no

BRASIL

6

2

ARRANJOS FAMILIARES  
NO BRASIL:  
UMA VISÃO DEMOGRÁFICA

Elza Berguó



1872 (Imperial) - Solteiros inválidos  
casados velados

1942 de acordo 1977 de acordo

Leis Expressas transfer. sociais

Transfer. que dependem de provas econômicas,

para casais e solteiros que mudam no tempo

Brasil - Fam. Melhor qual. marital.

2006 49,6 / dos casados - Tabela de família

de inválidos / alteração de lugar de residência (Brasil)

end. do período - o que torna difícil

2/ fam. qual. marital

et. (Gouveia p 42)

monta de -

em casais -

para inválidos

solteiros, separados

monta de inválidos

idade et o solteiros

isoteli: Feb 4

on de família

me, seu papel

s condições, a

rede social

ntes (Sarti) -

mente e cor

se pode estar

monogamia

casamento em família

reconhecimento

Em 1942, foi introduzido no Código Civil o artigo 315,

que estabeleceu a separação sem dissolução de vínculo, ou seja, o desquite. Ainda nesse ano, a Lei nº 4529, de 30 de julho, regulamentou a anulação do casamento.

Hoje, continua em vigor a Lei nº 6015, de 31 de dezembro de 1973, que regulamentou o registro dos fatos vitais, e a de nº 6515, de dezembro de 1977, que instituiu o divórcio, permitindo aos divorciados que contrahissem novo matrimônio.

Fato, portanto, por base principalmente os dados censitários, este capítulo pretende realizar um balanço sobre os arranjos familiares existentes no Brasil e suas mudanças nas últimas décadas.

Cortes temporais no calendário da história surpreendem estruturas populacionais específicas, conformadas por processos demográficos que são, a um só tempo, resultado de mudanças nas formas e concepções de viver e sobreviver de uma sociedade e condicionantes de novas possibilidades e estilos de vida das diferentes camadas sociais.

Opportunidades e fatalidades que se sucedem ao longo do ciclo vital das pessoas modelam suas biografias, e as situações em que ocorrem refletem-se nas configurações familiares, quando examinadas em um momento dado. A situação de uma mulher morando sozinha com um filho, por exemplo, pode ser o efeito de vários acontecimentos. Casou-se, teve um filho só ou apenas um sobreviveu, depois separou-se ou ficou viúva e ainda não voltou a casar-se ou nunca o fará. Ou da se casou, teve mais de um filho e, ao separar-se, o marido ficou com a guarda dos demais filhos, ou estes moram com os avós por causa da separação ou viuvez da mãe. Ou então da é mãe solteira, seja biológica, seja adotiva. Ou, ainda, se for mais velha, os demais filhos já podem ter morrido ou sido de casa para formar novas famílias ou partir em trajetórias migratórias à procura de outros destinos.

Do ponto de vista demográfico, interagem, nesse caso, processos que resultam da "evolução dos níveis e padrões da fecundidade", do "quantum" e do tempo da nupcialidade", das separações e divórcios e dos recasamentos, das alterações das taxas de mortalidade e seus diferenciais por sexo e idade, e da intensidade dos deslocamentos espaciais da população. A trajetória desses processos depende, por sua vez, de transforma-

lv



1. (Album de família: Carla de Castro)



ções econômicas, sociais e culturais que têm lugar no decorrer do tempo.

Como diz Ryder,<sup>1</sup> o significado da passagem do tempo para um indivíduo é, em parte, o problema da sobrevivência, isto é, do modo como atravessar as distintas etapas do ciclo vital até o envelhecimento. Para uma população, esse significado é o problema da reposição. Se uma população deve persistir, a despeito da mortalidade de seus membros, novos seres humanos precisam continuamente ser criados e preparados para repor os que morrem. A família é, acima de tudo, a instituição a que é atribuída a responsabilidade por tentar superar os problemas da passagem do tempo tanto para o indivíduo como para a população.

Pode-se dizer que, do ponto de vista demográfico e estatístico, mudanças e permanências vêm marcando a estrutura familiar brasileira nas últimas décadas. O caráter nuclear da família, isto é, "casal com ou sem filhos, continua predominante, mas o "tamanho" da família diminuiu, e cresceu o número de uniões conjugais sem vínculos legais e de arranjos monoparentais — aqueles caracterizados pela presença do pai com filhos ou da mãe com filhos, contando ou não com outros parentes habitando conjuntamente. Entretanto, as maiores transformações vêm ocorrendo no interior do núcleo familiar, assinaladas pela alteração da posição relativa da mulher e pelos novos padrões de relacionamento entre os

Falou novo Cidely Civil



2. (Moir Bendito / N Imagem)

membros da família. Estaria havendo uma tendência à passagem de uma família hierárquica para uma família mais igualitária? tendência inicialmente mais visível nas camadas médias urbanas e, com o tempo, passando a permear também as camadas populares.

O exame dessas transformações nos arranjos familiares, que foram observadas a partir do censo de 1950, requer um olhar prévio no cenário matrimonial do país dessa data em diante.

#### O CENÁRIO MATRIMONIAL

O comportamento matrimonial dos brasileiros nas últimas décadas alterou-se em alguns aspectos, mantendo-se em outros. Aumentou o número de separações e divórcios, conservou-se o da média das idades ao casar e o papel das uniões não legalizadas cresceu na preferência das pessoas.

Com base nos censos brasileiros, a composição da população por estado conjugal nos últimos cinquenta anos revela que a maior parte da população de quinze anos ou mais declara-se casada,<sup>2</sup> legalmente ou não, vindo em seguida os solteiros (tabela 1). Enquanto a proporção de casados apresentou tendência média ascendente entre 1940 e 1991, caiu a de solteiros, que passou de 40,8% a 31,8% no mesmo período. As categorias "viúvos" e "divorciados ou separados" exibi-





3. (Alvaro Vital, Agência Estado)

ram tendências contrárias, declinando a primeira e ascen-  
dendo a segunda.

Os ganhos na expectativa de vida ao nascer, ao longo  
desses anos, foram responsáveis pela redução do número de  
pessoas viúvas no espectro conjugal. Os diferenciais por sexo  
nos ganhos de anos por viver, com sobrenutalidade mascu-  
lina, justificam um número mais elevado de viúvas do que  
de viúvos, embora em ambos os casos se registrasse declí-  
nio nas tendências. Entre as mulheres, a proporção de viúvas  
caiu de 8,8% em 1960 para 8,2% em 1991, enquanto no seg-  
mento masculino a viuvez representou 2,5% e 1,6% nessas  
mesmas datas.

Já a idade média no ato do casamento legal sofreu  
pouquíssimas alterações. Os últimos dados disponíveis mos-  
tram que em 1994 os homens se casaram, em média, aos 27,6  
anos, idade equivalente àquela registrada vinte anos antes  
(gráfico 1). O mesmo sucedeu com as mulheres, cuja idade  
quando do casamento civil variou de 23,7 a 24,1 anos entre  
1974 e 1994. Mantive-se, portanto, ao longo dos últimos vin-  
te anos, o traço cultural de ser o homem mais velho do que a  
mulher no ato do casamento legal, e a diferença de idade  
entre eles nesse momento, em torno de 3,6 anos, permaneceu  
praticamente constante.

Retrocedendo no tempo, verifica-se que para os homens,  
já em 1940, a média de idade no ato do casamento legal era  
de 27,1 anos, a qual se manteve quase inalterada até nossos  
dias. Com as mulheres não ocorreu o mesmo. Em 1940, elas  
se casavam no civil mais cedo, em média aos 21,7 anos, idade

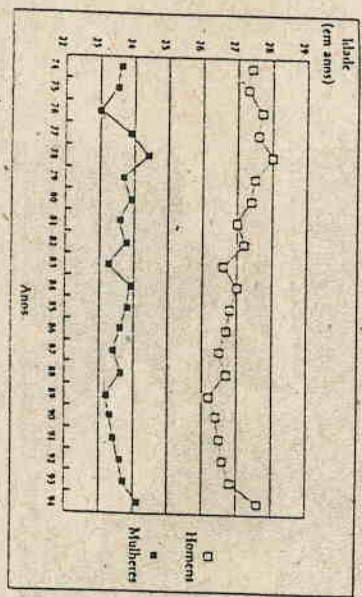
TABELA 1  
Pessoas de 15 anos ou mais de idade segundo estado conjugal  
Brasil, 1940-91

Anos	Divorciado ou			Total
	Solteiro	Casado	Viúvo	
1940	40,8	51,6	7,3	109,0
1950	39,0	54,2	6,6	109,0
1960	34,0	57,7	5,7	100,0
1970	36,6	55,5	5,4	100,0
1980	34,6	57,9	5,0	100,0
1991	31,8	59,0	4,9	100,0

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cen-  
sos de 1940 a 1991.

processo de múltiplos filhos nos transformarem  
idade, saúde, estabilidade, vel. e poder  
entre os sexos, relações, valores, fecundidade, etc

Gráfico 1  
Média das idades ao casar no civil  
Brasil, 1974-94



Fonte: Fundação IBGE, Estatísticas do Registro Civil.

que veio crescendo sistematicamente e passou a 23,3 anos em  
1950, 23,8 em 1960 e 24 em 1970.<sup>3</sup>

A alta progressiva nos índices de escolaridade entre as  
mulheres e seu ingresso no mercado de trabalho podem ser  
evocados como determinantes do aumento de idade ao casar.  
Por outro lado, entre aquelas que iniciaram a vida conjugal  
via uniões não formais, pode ter se prolongado o tempo para  
legalizá-las.

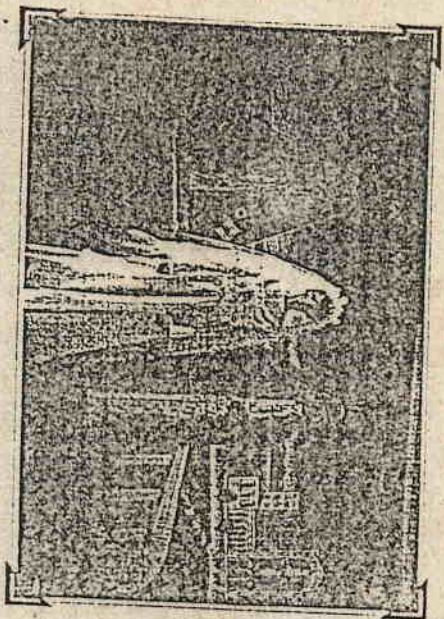
O fato de os homens se casarem com mulheres mais jo-  
vens é uma constante praticamente universal e, segundo par-  
te significativa das interpretações,<sup>4</sup> deve-se às relações de po-  
der entre os sexos. Embora em alguns contextos as relações  
de gênero venham se tornando menos assimétricas, não tive-  
ram ainda impacto visível na diferença entre as idades de  
homens e mulheres ao casar. São raros em nosso meio os  
estudos sobre as "moeças de troca" oferecidas pelas mulheres  
e aceitas pelos homens no mercado matrimonial, além da  
juventude. A persistência do fato mencionado, no caso do  
Brasil, que conta com um superávit de mulheres em todas as  
faixas etárias a partir dos quinze anos, tem, como se verá  
mais adiante, consequências diretas no colapso feminino e  
no avolumado segmento de separadas e viúvas com poucas  
chances de recasamento.



4. (Régis Filho, Abril Imagem)



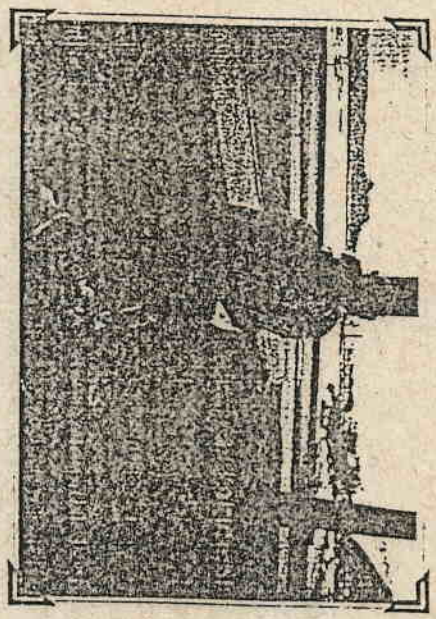
5 Noiva em Aparceida do Norte.  
(Nair Benedictol N Imagens)



quarto de todos os casamentos se enquadrava nessa categoria informal. Por outro lado, o peso relativo das uniões apenas religiosas caiu de 20,2% para 4,5% no mesmo período. Embora reconhecida legalmente seja somente a civil, o casamento apenas religioso continuou a ser valorizado pelas pessoas, sobretudo nos contextos marcados pela ausência de cartórios do registro civil. Apesar de haver muitas restrições aos conceitos de rural e urbano, pode-se dizer que no meio rural, ainda hoje, de cada cem casamentos, dez se realizam só na igreja.<sup>9</sup>

O declínio do número dos casamentos civis e religiosos, ainda que esse tipo de união continue predominante no cenário matrimonial, e o crescimento do número de uniões realizadas apenas no civil reforçam outra vez a queda do prestígio do casamento religioso, mais evidente nos centros urbanos.

Entre as décadas de 50 e 60, quando os estudos demográficos passaram a ser realizados de forma mais sistemática, as uniões consensuais tiveram uma ocorrência maior nos estratos mais pobres da população, além de constituírem, antes do divórcio, que, como vimos, foi instituído só em 1977, a única alternativa para uma nova união, após a dissolução de um casamento civil. Estudos<sup>10</sup> mostram, entretanto, que nas uniões mais recentes a consensual assume importância, e vem atraindo a atenção também das camadas médias como primeira opção de vida conjugal.<sup>10</sup> Seria uma espécie de "casamento experimental" com grandes perspectivas de adoção



6 (Lata Canabral) Clínica  
Fotografia

por parte das coortes" mais jovens, principalmente aquelas que vivem nos grandes centros urbanos. De experimental pode-se tornar definitivo, significando uma ruptura com valores e normas tradicionais. De fato, trabalhando com o censo de 1991, notou-se que, entre os rapazes de quinze a dezoito anos já "casados", 64% uniram-se consensualmente, taxa que correspondia a 46% das jovens na mesma faixa etária.<sup>11</sup> Tais resultados vieram confirmar outras análises que documentaram ter quadruplicado, na Grande São Paulo, a proporção de uniões consensuais entre quinze e dezoito anos no período de 1970 a 1980.<sup>12</sup>

A restrição civil a casamentos legais de mulheres com menos de dezesseis anos e de homens com menos de dezoito não explica, por si só, a elevada taxa de uniões não legalizadas. A transitoriedade que caracteriza essa fase da vida, aliada à percepção da instabilidade do vínculo conjugal de seus familiares e amigos, pode levar os jovens a buscar formas de união mais coerentes com seu estilo de vida.

Para Greeng,<sup>13</sup> em um contexto de compressão do mercado matrimonial, ocasionado por um déficit de homens nas faixas etárias em que as pessoas costumam casar-se, como é o caso do Brasil, as uniões consensuais funcionariam como um mecanismo por meio do qual os homens poderiam mover-se entre várias uniões instáveis, "dividindo-se" entre diversas mulheres ao longo dos anos.

aproximado  
Lin-Stones



Ainda segundo a autora, quando a diferença de idade entre os cônjuges não é usada para atenuar a compressão do mercado matrimonial, o casamento informal pode cumprir esse papel. Essa mesma autora,<sup>15</sup> utilizando dados da PNAD de 1984, revelou a presença de uma correlação negativa entre a "razão de sexos" e a probabilidade de as mulheres assumirem uniões consensuais, ou seja, a maior disponibilidade de maridos potenciais permite às mulheres escolher o tipo de união que querem assumir, se formal ou consensual.<sup>16</sup>

De qualquer maneira, porém, as mulheres continuarão em vantagem, uma vez que o censo de 1991 acentuou ainda mais, quando comparado ao de 1980, razões de sexo desfavoráveis às mulheres a partir dos 25 anos (tabela 3). De fato, o déficit de homens em termos absolutos chega a 800 mil na faixa dos 25 aos 39 anos.

#### ARRANJOS FAMILIARES

Vem crescendo sistematicamente no país o número de unidades domiciliares<sup>17</sup> ou domésticas. De 17,6 milhões, em 1970, passou a 26,3 milhões dez anos mais tarde, apresentando um aumento médio anual da ordem de 4,1%, bastante superior ao da população total no mesmo período: 2,5%.

TABELA 3  
Razões de sexo por faixa etária \*  
Brasil, 1980 e 1991

Idade	1980	1991
15-19	97,7	98,7
20-24	97,2	98,0
25-29	96,8	95,5
30-34	97,9	95,6
35-39	96,9	94,5
40-44	99,5	97,2
45-49	97,8	95,7
50-54	98,1	95,8
55-59	98,9	90,7
60 e +	89,9	85,2
Total	96,9	95,0

Fonte: Fundação Ipea, censos de 1980 e de 1991.

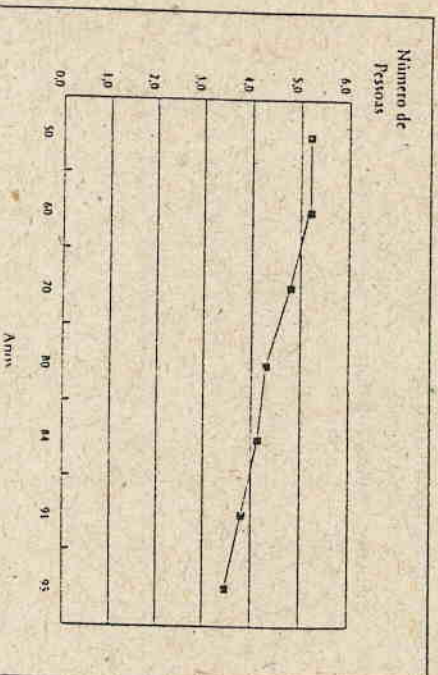
\* Total de homens em uma faixa etária dividido pelo total de mulheres na mesma faixa etária, multiplicado por 100.

Dados de 1995 registram 42 milhões de unidades domiciliares, o que representa uma alta anual de 2,8% em relação a 1991, quando a população cresceu a uma taxa anual de 1,3%.

Essa situação pode ser explicada, em boa parte, pelo crescimento acentuado do número de separações e divórcios, os quais, na grande maioria dos casos, levam os membros do casal, que ocupavam um domicílio, a necessitar de mais um. As migrações internas podem igualmente contribuir nesse sentido. Movidos pela falta de oportunidade de trabalho ou pela inexistência de escolas em seus lugares de origem, ou ainda por necessidades outras, fragmentos de famílias ou pessoas sozinhas deslocam-se no território nacional, formando novos domicílios nos lugares de destino. Também atuam como determinantes do aumento do número de unidades domiciliares, novos estilos de vida, como uniões estáveis que não envolvem coabitação, jovens vivendo sozinhos ou em companhia de outros jovens fora da casa dos pais, e arranjos de adultos, aparentados ou não, morando juntos.

Por outro lado, nos últimos cinquenta anos vem caindo no país o número médio de pessoas por unidade domiciliar, o qual de 5,1 passou a 3,6 entre 1950 e 1995 (gráfico 4).

Gráfico 4  
Tamanho médio do arranjo domiciliar  
Brasil, 1950-95

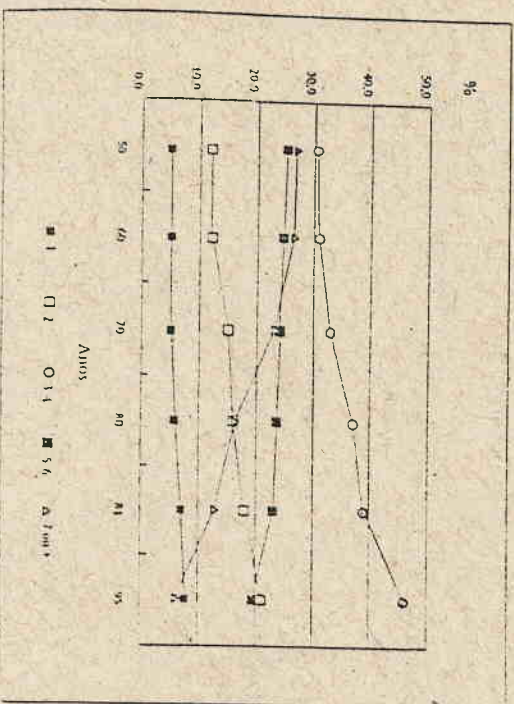




Além dos já mencionados determinantes do aumento crescente do número de unidades domiciliares, o rápido declínio da fecundidade vem jogando papel decisivo na queda do "tamanho médio" dos arranjos domésticos. De fato, de 6,2 filhos por mulher entre 1940 e 1960, a taxa de fecundidade total passou a 5,6 em 1970, caiu para 4,2 em 1980 e chegou a 2,5 em 1991.

Os arranjos que se tornaram menos frequentes foram aqueles de sete componentes ou mais: em 1950, representavam 28% do total e, em 1995, apenas 6% (Gráfico 5). Em seguida vêm os arranjos de cinco ou seis pessoas por domicílio, cujo número passou de 25%, em 1950, para 20% em 1995. Em contraposição, cresceu muito o número de arranjos de três ou quatro pessoas, que, de 30% em 1950, atingiu 46% em 1995. Duas pessoas por domicílio compõem os arranjos cuja taxa também sofreu alta no período, passando de 12% a 21%. O número de pessoas morando sozinhas esboça tendência a crescimento a partir de 1975, alcançando 8% dos arranjos vinte anos mais tarde.

Gráfico 5  
Proporção de arranjos domésticos por número de componentes  
Brasil, 1950-80, 1984 e 1995



Fonte: Fundação IBGE, censos de 1950 a 1991, IBGE, 1984 e 1995.



7. (Tata Cannabraw/Clinica Fotográfica)

Desde logo chama a atenção o fato de os arranjos familiares representarem a maioria esmagadora dos arranjos domésticos (tabela 4), confirmando resultados anteriores.<sup>18</sup> Com efeito, não chegam a 0,5%, ao longo dos últimos 25 anos, situações envolvendo arranjos de não-aparentados que compartilham o mesmo domicílio.

Focalizando os arranjos familiares, vê-se que continuam mais frequentes os do tipo casal com filhos, que alcançam

TABELA 4  
Arranjos domésticos  
Brasil, 1970-95

Arranjos Domésticos	Anos			
	1970	1980	1987	1991
Casal com Filhos	57,6	54,8	54,6	53,3
Casal com Filhos + Parentes + Agregados	9,8	8,1	6,9	7,7
Casal sem Filhos	9,2	10,6	10,6	11,0
Casal sem Filhos + Parentes + Agregados	2,2	1,8	1,6	1,8
Monoparental	7,8	10,7	12,3	12,5
Monoparental + Parentes + Agregados	2,5	2,7	2,7	3,1
Morando Sozinha	5,8	6,5	6,5	6,4
Parentes, Agregados	2,7	2,9	3,3	3,7
Outros	0,3	0,4	0,3	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE, censos de 1970, 1980 e 1991, IBGE, 1987 e 1995.



ainda hoje mais de 50% do total, embora esse índice apresente tendência declinante. Aumentam, por outro lado, os arranjos do tipo casal sem filhos, cuja taxa evidencia queda, porém, quando a família abriga parentes ou agregados. Já a categoria "família monoparental" sofreu crescimento acentuado, tendo praticamente dobrado seu peso nas últimas décadas, isto é, em 1970, 1980 e 1990.

Além de revelar que morar só é situação que vem marcando presença crescente no período em foco, a tabela 4 permite observar um declínio da taxa da chamada família ampliada ou estendida, isto é, aquela com que habitam parentes ou agregados: de 14,5% do total de arranjos familiares em 1970, caiu para 11,0% em 1995. Por sua vez, o percentual das famílias nucleares cresceu à custa do aumento do número das "monoparentais", passando de 74,6% a 77,3%. Eliminadas as monoparentais, o índice das nucleares caiu de 66,8%, em 1970, para 62,9%, em 1995. Quanto à coabitação de pessoas aparentadas, com ou sem agregados, sua média de 3% vem se mantendo ao longo do tempo.

Examinando os tipos de arranjos familiares para diferentes tamanhos de família, verifica-se, como era de esperar, que o número de famílias ampliadas aumenta quanto maior é o número de componentes da família. Assim, nos arranjos de três ou quatro pessoas, 75,7% das famílias são nucleares e 11,7% são ampliadas, proporção que sobe para 20,5% em

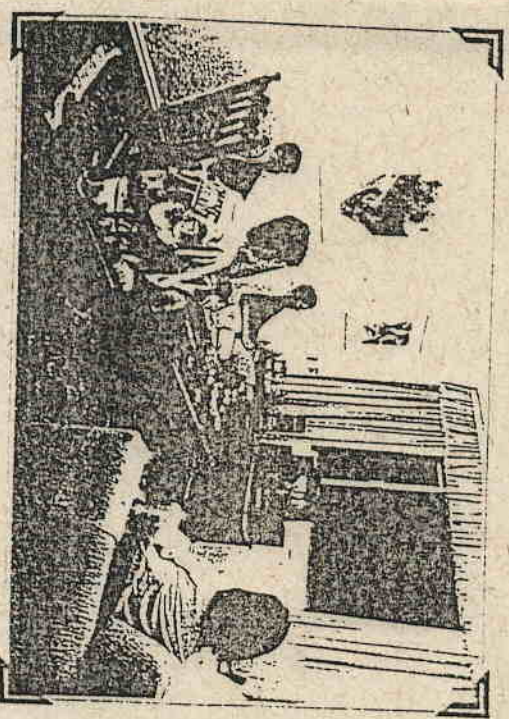
famílias com cinco ou seis membros, atingindo 25,8% naquelas com sete ou mais (tabela 5). No que diz respeito às nucleares monoparentais, a taxa de 34,4% em famílias com duas pessoas cai para 12,8%, 6,2% e 4,4% nos arranjos de três ou quatro, cinco ou seis e sete ou mais componentes, respectivamente.

Os arranjos de duas pessoas, seja um casal sem filhos, seja um dos cônjuges com um filho, reúnem, em geral, pessoas mais jovens, casadas ou separadas há pouco tempo, ou que tenham vivenciado experiências recentes fora de uniões. Do total de famílias monoparentais, a metade encontra-se no último arranjo citado, aquele que traz um dos cônjuges com um filho.

TABELA 5  
Arranjos familiares segundo o número de componentes  
Brasil, 1995

	2 Pessoas	3 ou 4 Pessoas	5 ou 6 Pessoas	7 ou + Pessoas
Casal	51,5	Casal com 1 ou 2 Filhos 72,9	Casal com 3 ou 4 Filhos 72,5	Casal com 4 ou + Filhos 69,2
Monoparental	34,4	Monoparental com 2 ou 3 Filhos 12,8	Monoparental com 3 ou 4 Filhos 6,2	Monoparental com 5 ou + Filhos 4,4
Parentes	10,1	Casal com Filhos + Parentes + Agregados 3,5	Casal com Filhos + Parentes + Agregados 16,0	Casal com Filhos + Parentes + Agregados 22,0
Outros	1,0	Monoparental com Parentes + Agregados 4,7	Casal sem Filhos + Parentes + Agregados 0,6	Casal sem Filhos + Parentes + Agregados 0,2
Total	100,0	Casal sem Filhos + Parentes + Agregados 3,5	Monoparental + Parentes + Agregados 3,9	Monoparental + Parentes + Agregados 3,6
		Parentes + Agregados 2,4	Parentes 0,7	Parentes 0,5
		Outros 0,2	Outros 0,0	Outros 0,0
		Total 100,0	Total 100,0	Total 100,0

Fonte: Fundação IBGE, 1995.

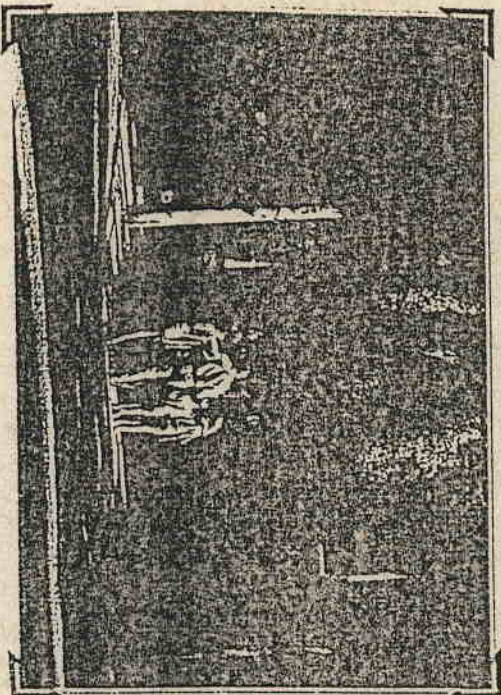




Acomodando 62% do total de 1,4 milhão da categoria de parentes que moram juntos, os arranjos de duas pessoas representam 10,1% das possibilidades na situação em que há dois componentes no domicílio.

FAMÍLIAS MONOPARENTAIS

Tendo aumentado na sociedade brasileira, o que se constatou a partir dos anos 60, quando se sistematizaram os estudos do censo, as famílias monoparentais apresentam aspectos muito especiais. Em primeiro lugar, 82% delas referem-se a famílias nucleares, isto é, só a mãe ou só o pai na companhia de filhos. Tal registro, para 1995, vem acentuar ainda mais a situação já verificada em 1980, quando esse percentual correspondeu a 79% — maior, por sua vez, do que o observado em 1970 (75%).<sup>19</sup> Contrastado, entretanto, com os demais arranjos familiares, o monoparental revela maior frequência de coabitação de outros parentes: 18%. Entre os casais com filhos, o núcleo familiar se amplia em virtude da presença de outros parentes no domicílio em apenas 11% das ocorrências, as quais equivalem a 14% dos casos de famílias extensas do tipo casal sem filhos e parentes. Em segundo lugar, o aumento das monoparentais se deve a situações em que a unidade familiar coexiste com outras no mesmo domicílio.<sup>20</sup>



A chefia feminina é outra característica associada a esse tipo de arranjo familiar. ~~Esta tabela 6~~ percebe-se que a grande maioria das monoparentais vem de lá muito, isto é, a partir dos estudos de 1970, sendo chefiada por mulheres. O aumento do número de separações e divórcios, com menor chance de recasamento para as mulheres, a sobremortalidade masculina, produzindo mais viúvas que vivos, e os emergentes estilos de vida — novas formas de união sem coabitação ou prole sem casamento — são os principais determinantes de tal situação.

TABELA 6  
Famílias monoparentais segundo o sexo do chefe  
Brasil, 1970, 1980, 1987, 1991 e 1995

Chefe	1970	1980	1987	1991	1995
Homens	17,7	19,1	11,8	10,9	10,4
Mulheres	82,3	80,9	88,1	89,1	89,6
Total	100,0	100,0	100,2	100,0	100,0

Fonte: Censo de 1970, 1980 e 1991; PNMS de 1987 e 1995.

Um vigoroso rejuvenescimento das mulheres-chefes é observado comparando-se suas distribuições etárias em 1970 e em 1995.<sup>21</sup> Na década de 70, 25% dessas mulheres tinham menos de quarenta anos, índice que subiu mais recentemente para 42%. Essa mudança se deveu a uma inversão na proporção de mulheres maduras exercendo chefia, que, de 53%, passou a 37%. Pouco se alterou, por outro lado, o peso relativo do número de idosas.

Analisando o estado conjugal das mulheres-chefes das monoparentais, constata-se que em 1995 a maioria delas, 49%, eram separadas ou divorciadas (tabela 7), o que não ocorria em décadas passadas, sobretudo nos anos 70, quando as viúvas predominavam nesse tipo de família. De um lado, a expectativa de vida masculina cresceu no período, reduzindo a chance de viuvez feminina; de outro, aumentou o número de separações e divórcios, deixando maior contingente de mulheres sem marido ou companheiro. Vale notar igualmente que cresceu o peso relativo da quantidade de mães solteiras.

A incorporação, nesta análise, da idade da mulher vem mostrar que o papel das separações como determinantes da



TABELA 7  
Mulheres-chefes em arranjos monoparentais segundo estado conjugal e idade  
Brasil, 1970 e 1995

njugal	Total	- de 40 Anos		40 a 59 Anos		60 Anos e +	
		1970	1995	1970	1995	1970	1995
u	27,3	49,2	43,5	27,1	52,3	9,5	11,2
	63,3	36,6	34,3	66,5	42,9	88,2	82,9
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: censo de 1970 e IBGE de 1995.

chefia feminina é mais pronunciado entre as mais jovens, isto é, aquelas que têm menos de quarenta anos. É também nessa faixa etária que o status de mães solteiras registra sua maior expressão.

Os dados expressos na tabela 8 revelam ainda que a "estrutura" etária das mulheres sozinhas com filhos distingue-se daquelas em que se encontram as mulheres-chefes de outros tipos de arranjos domésticos e daquela própria das que vivem com seus maridos ou companheiros e filhos.

As chefes de monoparentais são mais jovens que as mulheres que chefiam outros tipos de arranjos. Por outro lado, são mais velhas que as esposas com filhos, uma vez que fazem parte de uma monoparental implica ter percorrido uma trajetória de vida que, em média, requer mais tempo: casar, ter filhos, descasar ou enviuvar, situações que, como já vimos, envolvem 86% das famílias chefiadas por mulheres.

Já as chefes de outros arranjos familiares sem filhos, que podem ser o resultado de um variado conjunto de ocorrências cumulativas, encontram-se em ciclos de vida mais avançados. Mulheres maduras ou mesmo idosas, separadas ou viúvas, que não tiveram filhos ou cujos filhos já faleceram ou deixaram o domicílio para ingressar em novos arranjos domésticos ou familiares ou constituí-los, podem compor essa categoria, que também pode ser composta de mulheres que nunca se casaram.

É de se notar ainda que, comparativamente, o efeito do tempo no processo de mudança se fez sentir de forma mais

TABELA 8  
Mulheres em diferentes situações familiares conforme a idade  
Brasil, 1970, 1980 e 1995

Faixas Etárias	Mulheres com Marido e Filhos		Mulheres Sozinhas com Filhos *		Mulheres em Outros Arranjos Familiares sem Filhos
	1970	1995	1980	1995	
- de 40 Anos	64,0	32,6	64,7	37,0	18,5
40 a 59 Anos	3,4	3,7	31,6	42,8	36,1
60 Anos e +	100,0	100,0	3,7	20,0	45,4
Total	(12.150.196)	(1.415.431)	(16.833.990)	(2.182.456)	(713.099)
- de 40 Anos	60,5	42,3	61,7	37,0	24,3
40 a 59 Anos	34,4	37,5	31,6	42,8	29,7
60 Anos e +	5,1	20,2	3,7	20,0	16,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	(24.254.456)	(6.594.445)	(16.833.990)	(2.182.456)	(1.426.209)

Fonte: tabulações especiais dos censos de 1970 e 1980, e IBGE de 1995. Incluem também famílias monoparentais ampliadas pela presença de outros parentes e/ou agregado.

clara no caso das mulheres sozinhas com filhos, que são cada vez mais jovens. Ou seja, casar, ter filhos e se separar cada vez mais leva menos tempo.

Retomando-se uma tradição na sociedade brasileira, sobretudo nas camadas populares, desde os anos 50 tem se assomado a situação de mulheres no comando da família, cuidando dos filhos, sem a presença de marido ou de companheiro, a uma característica da vida familiar dos segmentos mais pobres da população. "Vários autores" assinalaram a relação entre chefia feminina e pobreza tanto como causa quanto como consequência uma da outra. Mães solteiras, separadas ou viúvas são as mais pobres nas camadas populares. As chefes de família, por outro lado, enfrentam dificuldades e desvantagens no mercado de trabalho.

Na tentativa de arcar tal linha de argumentação, alguns analistas<sup>21</sup> salientam a importância de se levar em conta que a



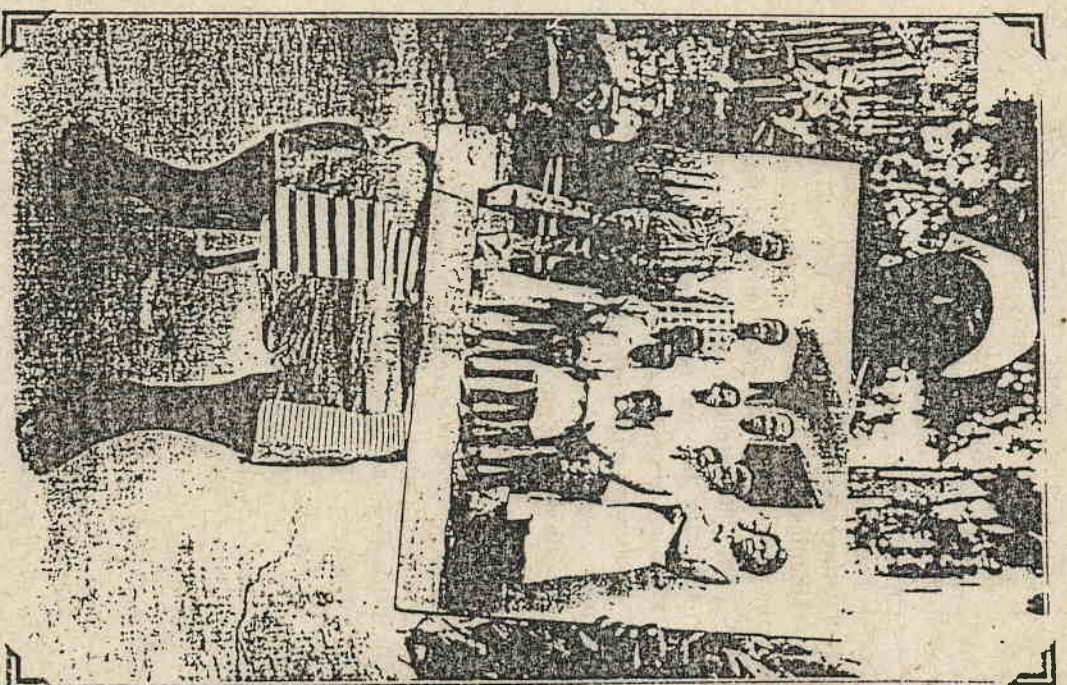


pobreza que caracteriza as condições das chefias femininas não se deve exclusivamente à ausência de um marido ou companheiro mas também ao fato de as mulheres-chefes fazerem parte das camadas populares. O crescimento intenso desse tipo de arranjo familiar nos dias atuais abrange igualmente mulheres pertencentes às camadas médias urbanas. Nesse caso, uniões conjugais desfeitas ou interrompidas alteram o padrão de vida das mulheres e de seus filhos.

Como diz Oliveira,<sup>25</sup> "há uma complexa articulação de processos que se encontra à raiz do aumento das famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Processos que convivem com diferenças sociais significativas entre segmentos da sociedade brasileira, mas que apontam para mudanças importantes na condição feminina em nosso meio".

PESSOAS QUE MORAM SOZINHAS

Morar sozinho em um domicílio é uma situação que apresenta índices ascendentes no conjunto dos arranjos domésticos. De 5,8% em 1970, o número dessa configuração cresceu para 6,5% em 1980 e para 8,1% em 1995. Ao atingir uma taxa média da ordem de 5,4% ao ano entre 1980 e 1995, ultrapassando muito a do crescimento da população total no mesmo período, esse arranjo, que em 1995 envolveu 3.423.989 pessoas, ainda está longe de ter o peso relativo que tem em



alguns países do chamado Primeiro Mundo, como a Grã-Bretanha, por exemplo, onde o percentual de sozinhos correponde a 25% da população, mesmo levando-se em consideração os contextos culturais e políticos diferentes.<sup>26</sup>

No Brasil, até 1980 havia mais homens do que mulheres morando sozinhos, situação que se altera a partir de 1991, com um índice de 52% de mulheres nos domicílios unipessoais. O fato de no passado haver mais homens morando sós poderia decorrer da maior autonomia pessoal e econômica com que



elas sempre contaram. Os processos de mudança envolvendo as mulheres, principalmente nos grandes centros urbanos, que concentram maior contingente de pessoas morando sozinhas, podem responder por esse recente crescimento (81% em 1991, em comparação com 77% da população total).

Deve-se levar em conta, entretanto, que morar só tem significados distintos conforme a faixa etária em que se encontra o indivíduo. A interação dos eventos que vão moldando as trajetórias individuais e familiares e se acumulam ao longo do tempo acaba por produzir situações, transitórias ou definitivas, específicas por idade. Predominam, entre os solteiros, as pessoas com sessenta anos ou mais, o que correspondeu a 43% em 1995, mulheres em sua maioria.

Na tabela 9 pode-se observar que as estruturas etárias de homens e mulheres que moram sozinhos. Para os homens sós, ser jovem, maduro ou idoso não faz muita diferença. Já o número de mulheres sozinhas concentra-se nas de idades mais avançadas. A estrutura etária dos solteiros, registrada por um corte transversal seja em 1980 ou em 1995, leva a pensar em situações ou etapas de certa transitoriedade. Ou seja, a dinâmica masculina de entrar em uniões conjugais, sair delas e nelas reentrar, sendo os homens solteiros, divorciados ou viúvos, parece não depender da idade; daí achar-se nas quatro faixas etárias consideradas, grosso modo, um quarto do total dos sozinhos. Já para as mulheres a realidade parece ser outra. Há um sistemático aumento associado à idade, culminando com o fato de que, para cada dez mulheres sozinhas, seis encontram-se na terceira idade.

TABELA 9  
Estrutura etária de homens e mulheres que moram sozinhos  
Brasil, 1980 e 1995

Idade (em anos)	1980		1995	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
15-29	25,1	9,4	20,5	8,0
30-44	26,0	13,7	29,5	13,5
45-59	23,3	23,5	23,0	21,4
60 e +	25,6	53,4	27,0	57,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IUPER, censo de 1980 e psav de 1995.

Os dados da tabela 10 permitem que se complete essa análise ao mostrar que mais da metade das moradoras sozinhas são viúvas, enquanto 84% dos sozinhos são divorciados, dada a sobreletalidade masculina, e a menores chances de recasamento, as mulheres sozinhas, com o passar do tempo, parecem encontrar menos oportunidades para mudar de situação. Não se pode perder de vista também que os filhos de mulheres de idades mais avançadas já saíram de casa ou mesmo faleceram.

Morar na casa dos filhos parece mais comum para um pai idoso, viúvo ou separado, que não voltou a se casar, dada a maior dependência de cuidados físicos por parte dos homens. Mulheres idosas, viúvas ou separadas, com possibilidades financeiras, optam por morar sozinhas, desfrutando da autonomia que nunca puderam vivenciar na companhia de maridos e filhos. Enfim, não se trata apenas de fatalidades rondando a vida das mulheres, mas também da conquista de novas oportunidades.?

#### AS MULHERES E O MERCADO MATRIMONIAL

Até agora as análises revelaram que, seja qual for o ângulo sob o qual se examinem os arranjos familiares, as mulheres enfrentam maior diversidade de situações, decorrentes da assimetria a que estão sujeitas no cenário matrimonial, em relação aos homens.

Um simples exercício ilustra muito bem esse fato. Tomemos, por exemplo, o número de mulheres e de homens não casados na mesma faixa etária, digamos, de trinta a 34 anos.

TABELA 10  
População só por sexo segundo estado conjugal  
Brasil, 1995

Estado Conjugal	Homens		Mulheres	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Solteiro	38,3	24,5	45,5	23,0
Divorciado ou Separado	45,5	23,0	16,2	52,5
Viúvo	16,2	52,5	109,0	100,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IUPER, psav de 1995.